

Nascimento, vida e morte do neodesenvolvimentismo nos governos Lula e Dilma

Bruno Duarte¹

Bruno Borja²

Resumo

Fenômeno recente da política brasileira, o neodesenvolvimentismo foi expressão máxima do governo de conciliação de classes conduzido pelo Partido dos Trabalhadores e objeto de intenso debate nos últimos anos. Seu ápice ocorreu durante o segundo governo Lula (2007-2010), quando foi possível associar crescimento econômico e diminuição das desigualdades de renda, algo raro na história do Brasil. O artigo tem como objetivo interpretar o neodesenvolvimentismo, partindo de sua origem e consolidação, nos governos Lula, até sua transformação e seu gradativo fim, nos governos Dilma. O neodesenvolvimentismo surge, assim, de dentro do neoliberalismo e a ele retorna: entre a continuidade das políticas neoliberais no primeiro governo Lula (2003-2006) e a reversão neoliberal do segundo governo Dilma (2015-2016). O artigo busca analisar este período de nascimento, vida e morte do neodesenvolvimentismo.

Palavras-chave: Neodesenvolvimentismo; Neoliberalismo; Governo Lula; Governo Dilma; Conciliação de classes.

Abstract

A recent phenomenon of Brazilian politics, neodevelopmentalism was the maximum expression of the government of class conciliation conducted by the Workers' Party and object of intense debate in recent years. Its peak occurred during the second Lula government (2007-2010), when it was possible to associate economic growth and the reduction of income inequalities, something rare in the history of Brazil. The article aims to interpret neodevelopmentalism, starting from its origin and consolidation, in the Lula governments, until its transformation and its gradual end, in the Dilma governments. Neodevelopmentalism thus emerges from within neoliberalism and returns to it: between the continuation of neoliberal policies in the first Lula government (2003-2006) and the neoliberal reversal of the second Dilma government (2015-2016). The article seeks to analyze this period of birth, life and death of neodevelopmentalism.

Keywords: Neodevelopmentalism; Neoliberalism; Lula Government; Dilma Government; Class conciliation.

Introdução

Fenômeno recente da política brasileira, o neodesenvolvimentismo foi expressão máxima do governo de conciliação de classes conduzido pelo Partido dos Trabalhadores e objeto de intenso debate nos últimos anos. Seu ápice ocorreu durante o segundo governo Lula (2007-2010), quando foi

¹ Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Pesquisador do Coletivo Marxista da Rural (MAR/UFRRJ). E-mail: lima.bsd@gmail.com

² Professor do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ. Pesquisador do Coletivo Marxista da Rural (MAR/UFRRJ). E-mail: borja.bruno@gmail.com

possível associar crescimento econômico e diminuição das desigualdades de renda, algo raro na história do Brasil. Neste período, o Estado serviu como força de ação coletiva para atender as demandas divergentes, e muitas vezes antagônicas, das classes sociais.

Esta pesquisa procura interpretar a origem, o funcionamento, os limites e o fim do neodesenvolvimentismo ao longo dos governos petistas. Começando pela análise de sua gênese nas políticas econômicas dos governos Lula (2003-2010) e chegando ao seu progressivo fim nas políticas econômicas dos governos Dilma (2011-2016). Além disso, a pesquisa também visa contribuir para o entendimento de como saímos de um momento progressista raro na história do país, para vivenciarmos um período de reversão neoliberal com desmonte do Estado e perda de direitos.

O artigo começa analisando *o primeiro governo Lula nos marcos do neoliberalismo*, onde é feita uma síntese da adoção do neoliberalismo no país e apontada a continuidade da política neoliberal do governo anterior. Logo após, entra em pauta a conformação de um novo modelo econômico que visava a conciliação dos interesses de classe, abordando *o segundo governo Lula e a consolidação do neodesenvolvimentismo*. Tendo em vista os limites do modelo e a necessidade de sua transformação para continuidade, vem à luz *a nova matriz econômica do neodesenvolvimentismo no governo Dilma*. Com o rompimento do pacto entre burguesia e trabalhadores e a explosão das manifestações de massa chegamos aos impasses de *junho de 2013 e Lata Jato* aprofundando a *crise do neodesenvolvimentismo no governo Dilma*. Por fim, os ziguezagues políticos e a junção de crises nos levam no *segundo governo Dilma* a uma *reversão neoliberal e golpe de Estado*, abrindo nova fase da política nacional que se desdobra na atual onda conservadora.

1. O primeiro governo Lula nos marcos do neoliberalismo (2003-2006)

A partir do consenso de Washington houve a progressiva adoção do neoliberalismo na América Latina nos anos 1990, fundado em quatro pontos principais: abertura econômica, desestatização, desregulamentação financeira e flexibilização das relações de trabalho (SOUZA, 2009). Este receituário neoliberal seria seguido no Brasil como forma de adequar sua economia ao novo padrão de concorrência e de estrutura produtiva das empresas transnacionais. Para tanto, foi necessário que ocorresse uma unidade das diversas frações burguesas em torno do projeto neoliberal (FILGUEIRAS, 2006). Com a adoção do neoliberalismo há uma ruptura com o antigo padrão de desenvolvimento brasileiro assentado no tripé empresa estatal, multinacional e nacional privada.

Ao assumir a presidência do Brasil em 1990, Fernando Collor tinha como objetivo resolver o problema da inflação e fazer as reformas neoliberais, com ênfase para a abertura comercial da economia brasileira e a desnacionalização de propriedade, onde o desmonte do Estado através das

privatizações teve papel importante. Para essa fase inicial de implantação do neoliberalismo, segundo Carneiro (2002), o motor principal deste processo seria a concorrência, que seria impulsionada pela abertura comercial, permitindo a entrada de novos produtores no mercado antes protegido, e pelas privatizações, supondo-se a gestão privada mais eficiente. Então há um novo modo de crescimento alternativo ao desenvolvimentismo, consolidando a entrada da cartilha neoliberal no país, e seguido pelo governo Itamar Franco após o impeachment de Collor.

Mas é a partir dos governos de Fernando Henrique Cardoso que a ordem neoliberal se consolida no país. Durante estes governos houve uma ampliação das privatizações, com o intuito de diminuir a participação do Estado na economia. De acordo com Porto (2009), a política econômica tinha como fundamento articular o aumento acelerado de importações e a absorção de recursos externos, tendo a âncora cambial como eixo da política de estabilização. Também para a autora, a necessidade de conter o déficit público afetou as políticas sociais, na medida em que resultou na redução drástica dos fundos públicos destinados ao financiamento de tais políticas. Além disso, o impacto das mudanças internacionais, como a desregulação do movimento de capitais e do comércio, provocou desequilíbrios de balanço de pagamentos nos países periféricos e crises cambiais generalizadas. Afetado pelas crises internacionais na segunda metade da década de 1990, o Brasil teve que recorrer ao FMI e, por conseguinte, articular uma política macroeconômica com três pilares: taxa de câmbio flutuante com livre mobilidade de capitais, taxa de juros elevadas e superávit primário crescente (CINTRA, 2015). O acordo destinou-se a um projeto de construção do novo regime fiscal, com mudanças institucionais que culminariam na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ao longo dos anos 1990, o Partido dos Trabalhadores buscou se institucionalizar, elaborando uma estratégia política para chegar ao poder, que acarretou mudanças em sua política de alianças. Conhecida como Estratégia Democrática e Popular (EDP), esta consistia em articular as forças políticas populares, num arco de alianças que ia dos trabalhadores urbanos e rurais até setores da pequena burguesia. Uma série de derrotas nas eleições presidenciais fez com que o partido aos poucos fizesse maiores concessões em sua política de alianças, se aproximando da grande burguesia. Isto se consolida na chapa para as eleições presidenciais de 2002, com Lula, líder do movimento sindical e do PT, tendo como vice-presidente José Alencar, grande industrial filiado ao Partido Liberal. Assim, a chapa expressou o conteúdo do governo de conciliação de classes que estava por vir, lançando a Carta aos brasileiros³. Tal carta, apesar de ser destinada aos brasileiros, era mais um aviso aos mercados financeiros, para que ficassem tranquilos, porque ali evidenciava a aceitação das orientações dadas pelo FMI.

³ Carta publicada em 22 de junho de 2002 antes das eleições presidências, onde Lula se comprometia com a estabilidade econômica e o cumprimento dos contratos.

Nesta conjuntura, ao contrário do que sua base popular esperava, o novo presidente segue a orientação neoliberal do governo anterior e aplica uma política econômica visando a defesa da austeridade fiscal, a redução da dívida pública e o controle da inflação. Segundo Biancarelli (2014), isto foi feito através de uma política monetária restritiva, grandes superávits e apreciação da taxa de câmbio, em acordo com a ordem neoliberal que se consolidara no país. Tal política nesse primeiro momento do governo Lula pode ser interpretada como um recuo tático⁴, onde foram mantidas as medidas neoliberais do governo FHC, como forma de garantir estabilidade política e econômica. Dessa forma, seriam acumuladas forças para fazer avançar a EDP e adotar uma política econômica que refletisse os interesses de sua base social histórica em momento posterior.

Apesar do governo à época estabelecer que foram as reformas que ampliaram o grau de acumulação capitalista no país, logo sendo um mal necessário, o principal fator foi a melhora do cenário econômico mundial. Alguns fatos explicitam esta melhora, como as baixas taxas de juros nas economias centrais; a ampla liquidez nos mercados financeiros internacionais e crescimento dos investimentos, que possibilitaram a retomada dos fluxos de capitais para países dependentes (PRATES, 2006); e a alta nos preços de commodities motivada pela alta taxa de crescimento da economia chinesa e sua demanda crescente pelas commodities (CARVALHO, 2018). O resultado disso, com a retomada dos fluxos de investimento estrangeiro direto, foi o pagamento dos empréstimos com o FMI, redução da dívida externa e o acúmulo de reservas (CINTRA, 2015).

Além da continuidade das políticas econômicas visando a estabilização, outra demanda do bloco dominante era o apassivamento da classe trabalhadora. O apassivamento ocorreu através do controle dos principais sindicatos e através da cooptação dos movimentos sociais. Após a chegada ao poder, diversos quadros dirigentes do PT e do movimento sindical foram incorporados ao aparelho de Estado, assumindo postos em ministérios, secretarias, conselhos de empresas estatais e na gestão dos fundos públicos. Transformados em gestores do capitalismo dependente brasileiro, estas lideranças também abriram espaço para a inserção de pautas do movimento sindical e dos movimentos sociais, fazendo avançar a EDP. Aliás, ameaças pairavam sobre os sindicatos que se mantiveram mais combativos. E quando mecanismos de consenso não funcionavam, mecanismos de coerção eram usados para dar fim a greves (MATTOS, 2013).

Durante o governo Lula, também se fez necessário criar estratégias de “contenção” para segurar o potencial explosivo da classe trabalhadora, dadas as condições precárias de vida e trabalho no Brasil. Mattos (2013) identificou três estratégias decisivas para o governo petista: a violência institucional, a contenção pela assistência e a ideologia do empreendedorismo. Essa junção de

⁴ Bastos (2017b), evidencia as consequências desse recuo tático.

políticas ortodoxas visando a manutenção da ordem neoliberal e a busca, através de mecanismos de consenso e coerção, do apaziguamento das massas consolida o movimento de transformismo⁵ do partido, se aproximando das pautas da burguesia. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que avançava pautas democráticas e populares, operava a conservação do poder e do *status quo*.

Em síntese, o primeiro mandato de Lula é marcado pela continuidade da política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso e com medidas que iam contra as necessidades da classe trabalhadora, como a contrarreforma da previdência dos servidores públicos em 2003. Esta política afastou apoiadores tradicionais do partido, no movimento sindical e no funcionalismo público. Além disso, com o escândalo do mensalão em 2005, setores da pequena burguesia passaram a fazer oposição sistemática ao PT. É apenas em seu segundo mandato, quando o governo Lula resgatou o papel ativo do Estado e de suas instituições em prol do crescimento que tomou forma o chamado neodesenvolvimentismo.

2. Segundo governo Lula e a consolidação do neodesenvolvimentismo (2007-2010)

Se a elevação dos preços das commodities e o aumento das exportações do país estimularam o crescimento real do PIB no início do governo Lula, a partir de 2004 o crescimento seria puxado também pela demanda doméstica, especialmente o consumo interno (BIANCARELLI, 2014). Com a ampliação do mercado de consumo interno sendo uma possibilidade para aprofundar o desenvolvimento, a partir do segundo mandato, é observada uma mudança de planejamento, onde é possível conciliar política macroeconômica com a retomada de instrumentos da ação estatal para promover o desenvolvimento. Nesse contexto, emerge o fenômeno do neodesenvolvimentismo, que buscava o crescimento econômico ao mesmo tempo em que fazia políticas de transferências de renda, ainda que sem romper com a ordem neoliberal e o capitalismo dependente. Daí a nomenclatura neodesenvolvimentismo, pois se trata do desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal (BOITO JR., 2018).

O neodesenvolvimentismo, segundo Sampaio Jr. (2017), consistiu em conciliar o neoliberalismo com elementos ditos positivos do velho desenvolvimentismo. A principal diferença entre os dois modelos seria que no neodesenvolvimentismo houve crescimento com redução da desigualdade de renda e da pobreza, considerando as políticas sociais do período, enquanto no velho desenvolvimentismo ocorreu crescimento com aumento da concentração da renda. Por fim, no

⁵ Para o conceito gramsciano de transformismo, ver Coutinho (2011). Para análises do transformismo do PT, ver: Iasi, (2017).

neodesenvolvimentismo o Estado era visto como uma força de ação coletiva capaz alcançar os diferentes objetivos das classes, conciliando interesses antagônicos.

Pode-se dizer que a abertura para o espaço da ação estatal no segundo mandato de Lula foi uma forma de retratar os interesses de sua base social na política econômica. Além disso, a política externa nos anos iniciais do governo, buscando superávits na balança comercial, favoreceu setores da burguesia ligados à exportação de commodities. O que unifica essas grandes empresas é a reivindicação de favorecimento e de proteção do Estado na concorrência com o capital estrangeiro. Naquele momento formou-se uma frente neodesenvolvimentista liderada pela grande burguesia brasileira (BOITO JR., 2017).

Contudo, a principal novidade gerada a partir do fenômeno do neodesenvolvimentismo foi a ampliação do mercado de consumo de massas, objetivo central para estimular a economia. Carvalho (2018) elucida que essa política econômica teve três pilares: a distribuição de renda na base da pirâmide salarial, o maior acesso ao crédito e a expansão dos investimentos públicos. Além destes, Biancarelli (2014) ressalta determinantes que vão de encontro à crescente importância dos aspectos sociais, como a ampliação do sistema de proteção social brasileiro, a política de valorização do salário mínimo e o aquecimento do mercado de trabalho durante este período.

No campo da política social, o Bolsa Família era o principal programa, e seu alcance e tamanho são uma das marcas do governo (BIANCARELLI, 2014). Em relação a ampliação do sistema de proteção social, uma das faces mais visíveis é o Benefício de Prestação Continuada (BPC), uma espécie de pensão paga à população idosa e a pessoas com deficiências, cujos valores estão indexados ao salário mínimo (CASTRO, 2012).

Outro determinante para melhorar a distribuição de renda foi a valorização do salário mínimo, onde o aumento real foi de 56% entre 2003 e 2010, o que significou quase o dobro dos oito anos anteriores (BIANCARELLI, 2014). Importante também foi o andamento do mercado de trabalho, onde se verificou uma queda, entre 2002 e 2010, da taxa de desemprego, chegando a 6,6% em 2010. Ao mesmo tempo, ampliava-se o processo de formalização no Brasil, de 2002 a 2010 foram criados mais de 15 milhões de empregos formais, fazendo com que a participação dos empregados com carteira assinada subisse de 45% para 52% da força de trabalho. (BIANCARELLI, 2014). Contudo, Laura Carvalho (2018) destaca dois efeitos da valorização do salário mínimo sobre a distribuição de renda: o deslocamento de toda distribuição salarial e a compressão na distribuição de renda.

O primeiro é o deslocamento de toda a distribuição salarial, isto é, o salário médio e a participação dos salários na renda da economia também se elevam. O segundo é a compressão da distribuição de renda, ou seja, a redução da diferença entre o salário mínimo e o salário médio da economia. Em outras palavras, diminui a disparidade

salarial, a diferença entre quanto ganha o trabalhador mais pobre e quanto ganha em média o conjunto de trabalhadores da economia. (CARVALHO, 2018, p. 20-21).

Desta maneira, foi possível a introdução de uma grande quantidade de pessoas no mercado de consumo de massas através do aumento do poder aquisitivo da base da pirâmide social. Estas políticas de distribuição e ampliação da renda possibilitaram a expansão de setores intensivos em força de trabalho não qualificada, como o setor de serviços e da construção civil, aumentando o grau de formalização do emprego. Com a melhoria no mercado de trabalho e na renda, o país pôde passar por um processo de inclusão financeira com expansão do crédito bancário, conduzindo a uma modernização no consumo das famílias (CARVALHO, 2018).

Por fim, o investimento público foi o principal motor da economia durante a segunda metade da década, onde passou por um processo de expansão devido a arrecadação de impostos advinda do crescimento maior da economia. Este momento é evidenciado em 2007 com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que promoveu a volta do planejamento econômico e do investimento em setores estruturais. Igualmente importante foi a volta das empresas estatais a ocuparem lugares significativos na estratégia de investimentos do governo, como a Petrobras e a Eletrobras (LOPREATO, 2014). Além disso, como forma de agraciar a burguesia que formava a frente neodesenvolvimentista, a política de financiamento do BNDES priorizou, como evidencia Boito Jr. (2018), um número pequeno de grandes empresas nacionais como receptores dos programas de empréstimos a juros favorecidos. Em suma, a política de compra do Estado brasileiro e de suas empresas também passou a priorizar um conjunto de empresas nacionais e foi posto em prática uma política externa que beneficiava a grande burguesia.

Com a chegada da crise internacional de 2008 levando a uma diminuição do crédito internacional, queda nos preços das commodities e uma forte saída de capital estrangeiro, o governo reage seguindo uma política anticíclica de manutenção da atividade econômica através do investimento público (PAULANI, 2017), visando a expansão do mercado interno, que contava com uma demanda aquecida, uma vez que as políticas anteriores à crise expandiram o consumo. Dessa forma, a economia brasileira aguentou o choque externo, estagnando em 2009, mas obtendo em 2010 um crescimento de 7,6%, apoiado nos investimentos do PAC, no lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida (2009) e nos incentivos dados ao setor privado. A recuperação contou ainda com a demanda de commodities da Ásia, que se manteve forte no primeiro momento da crise internacional, dando maior margem de manobra ao governo.

Em resumo, esta conjunção de elevação do salário mínimo, financiamento do consumo popular e políticas assistencialistas focalizadas permitiu que o governo alcançasse uma histórica redução da pobreza no Brasil. Mas por outro lado, serviu de meio de cooptação e apassivamento do

movimento social e sindical. Tais políticas de inserção social via mercado foram também de grande importância para a burguesia brasileira, pois vieram consolidar um mercado interno de consumo de massa, favorecendo o crescimento econômico e a acumulação de capital⁶. Entretanto, ao observar a distribuição funcional da renda, Carvalho (2018, p. 21) destaca que no período “entre 2001 e 2004, a fatia dos lucros na renda nacional cresceu de forma contínua, passando de 45,2% para 47,5%. A partir daí a participação dos rendimentos do trabalho na renda total aumentou a cada ano, à exceção de 2010”. Ou seja, foi possível conciliar interesses entre as classes, hibernando o conflito distributivo durante a situação de crescimento econômico.

O programa posto em prática pelo PT também levou à diminuição das famílias que viviam abaixo da linha da pobreza e a uma redução espantosa da extrema pobreza. É aqui o ponto de encontro entre o partido e o subproletariado que sai da pobreza, através do aumento da remuneração na base da pirâmide salarial e dos benefícios dos programas de transferência de renda. Deste jeito, o governo Lula conquistou apoio do subproletariado⁷, ao mesmo tempo que manteve o apoio dos sindicalizados e dos beneficiários do sistema de proteção social.

Finalmente, após lograr êxito em conciliar as classes e responder suas demandas através do neodesenvolvimentismo, Lula termina seu mandato com uma aprovação de 87%. Porém, apesar de parecer favorável o legado político e econômico deixado, o modelo neodesenvolvimentista começa a expressar suas contradições e limites logo no primeiro mandato de Dilma Rousseff, o que, somado ao fim da bonança internacional, rumo para o fim da hegemonia lulista.

3. A nova matriz econômica do neodesenvolvimentismo no governo Dilma (2011-2012)

O programa neodesenvolvimentista apresentou alguns limites, que ajudam a compreender o sentido das políticas do primeiro governo de Dilma. Em primeiro lugar, segundo Carvalho (2018), o crescimento do setor de serviços durante os anos do governo Lula gerou uma inflação, que ocorreu devido ao aumento salarial neste setor, onde a força de trabalho é o principal custo, que foi repassado para o preço ao consumidor. Também, para Barbosa Filho (2013), à medida que ocorreu crescimento em um contexto de queda da população economicamente ativa, ampliou-se o poder de barganha dos trabalhadores nas negociações salariais. Assim, o aumento do poder de barganha junto com a valorização contínua do salário durante o período, levou ao aumento da inflação de serviços.

⁶ Francisco de Oliveira (2018) fala, inclusive, de uma hegemonia às avessas, onde o PT e as lideranças sindicais hegemonizam frações burguesas, mas seguem governando em função dos interesses da burguesia.

⁷ Aqui acompanhamos a definição de subproletariado, tal como adotada por Singer (2009).

Outro limite do modelo está relacionado à não modernização da estrutura produtiva para que fosse capaz de suprir a ampla modernização da demanda alcançada durante o governo Lula. Sendo mais específico, ocorreu um encolhimento da indústria em relação ao setor de serviços. Este fenômeno ficou mais visível depois da crise de 2008, onde o setor de serviços voltou a crescer e o setor industrial não, o que demonstrou que a demanda interna por produtos industriais estava sendo atendida externamente, ou seja, estava ocorrendo o vazamento de grande parcela da demanda para o exterior (CARVALHO, 2018).

Para Mello e Rossi (2017), essa fragilidade industrial pode ser explicada, em um primeiro momento, pelos efeitos retardados da resposta dos países centrais à crise de 2008 e também pela valorização cambial no Brasil. Como resposta à crise internacional os países centrais utilizaram de início cooperação internacional e uso de políticas fiscais para manter o nível de suas atividades (BIANCARELLI, ROSA E VERGNHANINI, 2017). Para evitar uma nova depressão se fez uso de uma política monetária expansionista através de afrouxamentos monetários implementados pelo Federal Reserve, pelo Banco Central Europeu (BCE) e pelas autoridades monetárias da Inglaterra e do Japão, tendo como objetivo o aumento da liquidez e o rebaixamento dos juros para estimular a atividade (CINTRA, 2015).

Portanto, com estas políticas ocorre a expansão da liquidez global e a volta de fluxos de capitais para os países emergentes, contribuindo para elevação do preço das commodities. Todavia, em consequência dessas políticas, com a depreciação do dólar em relação as outras moedas, ocorre uma valorização da moeda brasileira (THEODOSIO, 2019). Esta apreciação cambial colaborou para enfraquecer a competitividade da indústria brasileira, pois parte da demanda interna pôde importar produtos industrializados. Importação que era possível devido à melhora nos termos de troca, com um duplo efeito contraditório: ao mesmo tempo em que contribuiu para o barateamento dos bens industriais e a disponibilidade de reservas internacionais para sua importação, também contribuiu para a reprimarização da pauta exportadora (MELLO E ROSSI, 2017).

Outros fatores que contribuíram para a desindustrialização brasileira no pós-crise de 2008 foram o aumento da concorrência internacional e a ampliação da desnacionalização de parte do parque industrial brasileiro. No que tange à concorrência internacional, com a diminuição das exportações para os EUA, a China passou a agir de forma mais agressiva em outros mercados, tornando a concorrência mais acirrada (BIANCARELLI, ROSA E VERGNHANINI, 2017). E, com as moedas dos países asiáticos subvalorizadas, a inserção no mercado internacional ficou mais difícil para os países que, como o Brasil, se encontravam com a moeda valorizada (CARVALHO, 2018).

Em relação à desnacionalização, esta ocorre devido ao caráter subordinado e assimétrico da inserção externa brasileira nas cadeias globais de produção. Segundo Sarti e Hiratuka (2017), com o

intensivo influxo de capitais estrangeiros reforçando a internacionalização produtiva, se ampliou o processo de desnacionalização, evidenciado pelo aumento do processo de aquisições e fusões no Brasil após a crise de 2008, e a transferência do controle de decisões estratégicas de produção para o exterior, contribuindo para a especialização regressiva da estrutura.

Em síntese: inflação no setor de serviços que comprime o poder de compra da classe média; processo de desindustrialização com perda de competitividade e desnacionalização; reprimarização da pauta exportadora; limitações para expansão do crédito e do consumo devido ao endividamento das famílias; necessidade de desenvolver setores de maior produtividade para a força de trabalho com maior qualificação; em suma, com todos esses limites do neodesenvolvimentismo se fazia necessária uma nova estratégia de desenvolvimento neste cenário pós-crise de 2008.

É nessa conjuntura que Dilma Rousseff assume o governo em 2011. No governo ocorre uma mudança de foco, onde a estratégia central passa a ser a recuperação da indústria. A política industrial que o governo planejava botar em prática já nascia com apoio dos setores industriais, que se juntaram aos trabalhadores contra a desindustrialização, em um pacto firmado através de um documento assinado tanto pela liderança empresarial do estado de São Paulo, a FIESP, quanto por representantes dos trabalhadores, como a CUT, a Força Sindical e outros sindicatos do Estado de São Paulo (SINGER, 2015).

A agenda posta em prática ficou conhecida como “nova matriz econômica” e consistia em adotar políticas que superassem os limites do modelo neodesenvolvimentista e incentivassem a indústria nacional. Entretanto, como evidenciado por Theodosio (2019), a agenda política promove o investimento privado em detrimento do investimento público. Como consequência, o investimento público deixou de ser o motor de arranque de componentes da demanda agregada (PINTO *et al.*, 2019). O movimento que deixa evidente a mudança de estratégia é o ajuste fiscal feito no primeiro ano do governo Dilma, que funcionou como um freio na atividade econômica do país, colaborando para que o investimento público caísse 19,6% em 2011 (CARVALHO, 2018).

No tocante aos limites, segundo Carvalho (2018), o governo tinha como necessidade realizar a diminuição da sobreapreciação do real e também diminuir a taxa de juros. A desvalorização da moeda ajudaria a indústria a competir no mercado internacional, estimulando exportações e desestimulando importações, e a diminuição dos juros reduziria os custos do crédito para os investimentos privados. Entretanto, depreciar a moeda acarretaria o descontrole da inflação, pois o dólar depreciado mantinha a inflação sob controle, dado que o preço do dólar baixo influenciava no barateamento de outros preços, como dos insumos importados, e coibia um reajuste amplo de preços em outros setores que sofriam concorrência internacional. Desta forma, para Carvalho (2018), tendo em vista a perda do dólar depreciado como um dos controles da inflação, faz sentido a realização do

ajuste fiscal para preparar o terreno para a política de desvalorização do real e da redução de juros, de modo a controlar os preços e a demanda interna. Contudo, através destas políticas buscava-se um ambiente favorável de diminuição de custos que incentivassem o investimento privado (THEODOSIO, 2019).

Além disso, a chamada nova matriz econômica era composta por: uso do BNDES como principal financiador de créditos subsidiados para o investimento privado; desonerações na folha de pagamento como forma de aliviar a carga fiscal dos setores intensivos em mão de obra; programa de concessões derivado da preocupação com o resgate da infraestrutura; política de controle de preços, com destaque para os preços de energia e petróleo; por fim, a diminuição dos custos do crédito também buscava a redução do spread bancário.

A política cambial fez o governo impor medidas de controle direto sobre os capitais para combater a especulação no mercado de câmbio, com vista a evitar a valorização do real e promover a desvalorização (SINGER, 2015). Também era importante a redução dos juros, para diminuir a forte entrada de capitais. Desta forma, a contenção de gastos do governo no primeiro mandato levou à projeção de um superávit maior no ano, o que fez o Banco Central afrouxar a política monetária reduzindo a taxa básica de juros a partir de 2011 (CARVALHO, 2018). Além disso, o governo foi na contramão dos interesses financeiros em 2012 ao promover o episódio que ficou conhecido como a “batalha dos spreads”, onde o governo forçou os bancos privados a reduzirem seus spreads através da ação dos bancos públicos (MELLO E ROSSI, 2017). Dessa forma, a redução dos juros foi a principal batalha enfrentada pela nova matriz econômica para baratear o custo do crédito para o setor privado e significou o rompimento com a fração rentista da burguesia.

O incentivo ao crédito, como evidência Carvalho (2018), após a crise de 2008 adquiriu novas formas, a marcante foi a expansão do crédito subsidiado via o BNDES, desta maneira, permitindo o financiamento de setores onde o retorno do investimento ocorre no longo prazo. Outra forma de baratear os custos para a indústria foi a intervenção do governo nos preços administrados, para Guilherme Mello e Pedro Rossi (2017) essa estratégia cumpriu uma dupla função.

A estratégia de represar os preços de energia e de combustível tem a dupla função de, por um lado, atuar como uma política voltada para a redução de custos, obedecendo à lógica industrialista, e, por outro lado, de compensar a permanentemente alta inflação de serviços e os impactos da desvalorização cambial sobre os preços comercializáveis e assim contribuir para manter a inflação no intervalo da meta. (MELLO E ROSSI, 2017, p. 19).

Toda essa política industrial reavivou o debate sobre os pontos de estrangulamento da infraestrutura brasileira, para isto, diferente do investimento público direto, na agenda se encontrava um plano de concessões, que abarcava desde aeroportos e portos até ferrovias e rodovias, entre outros

(LOPREATO, 2014). Esse plano é mais visível através do Programa de Investimento em Logística (PIL), que buscou a concessão das rodovias e ferrovias. Logo, a ideia era obter uma maior participação de investimento privado no setor de infraestrutura. Ademais, durante essa política, as desonerações cumpriram um papel central na política econômica visando uma redução dos custos de produção. De acordo com Carvalho (2018), as primeiras medidas de desoneração tributária foram criadas no Plano Brasil Maior, mas aqui sobressaiu a desoneração da folha de pagamento nos setores intensivos em força de trabalho.

Porém, em 2013 o Federal Reserve sinaliza para o fim da política de expansão monetária que vigorara desde a crise de 2008, retraindo os fluxos de capitais (CINTRA, 2015). A saída de capitais dos países periféricos levou a uma rápida desvalorização de suas moedas, sendo o Brasil um dos países mais afetados. Dessa forma, ocorreu a reversão das políticas de incentivo ao crédito fazendo com que o governo sofresse uma derrota para o setor financeiro devido a subida da taxa de juros. Outra derrota para a agenda adotada pelo governo foi a saída dos industriais da coalizão formada com os trabalhadores. Com o abandono da agenda da nova matriz econômica, os industriais passaram a apoiar medidas alinhadas ao receituário neoliberal, pautadas pelas frações burguesas rentistas que o governo havia confrontado.

A bem da verdade, a nova matriz econômica não contribuiu para o fim do processo de desindustrialização. A desvalorização do real não foi o suficiente para desenvolver os setores industriais, a diminuição do preço da energia não impactou na competitividade industrial, pelo contrário, teria impactos desastrosos quando reajustado mais à frente; ocorreu a perda do foco industrial em algumas medidas, como o caso da ampliação das desonerações para demais setores (CARVALHO, 2018). Em suma, fracassou a política de incentivos ao setor privado, que apesar de todos os benefícios cedidos, não gerou o desejado aumento do investimento.

Havia razões para o não crescimento dos investimentos privados. Um primeiro motivo é que a política industrial foi feita durante um movimento de queda da taxa de lucro, que, a partir de 2010, caiu ano após ano até o fim do primeiro governo (THEODOSIO, 2019). Outro motivo, para Carvalho (2018), está ligado ao endividamento de grande parte do setor empresarial, que se deteriorava cada vez mais devido à queda na taxa de lucro. Por fim, a demanda doméstica não era mais tão aquecida quanto outrora. Desta maneira, a desoneração tributária ajudava na recomposição das taxas de lucro, mas não era a garantia imediata de aumento dos investimentos.

A diminuição do investimento público, principal motor da economia no segundo governo Lula, e a não realização do investimento privado como principal dinamizador, foi um dos determinantes para a desaceleração do PIB (MELLO E ROSSI, 2017). Com essa desaceleração junto com a diminuição das receitas do governo devido ao elevado grau de subsídios e desonerações

cedidos, observa-se uma maior dificuldade do governo em cumprir as metas de superávit primário (CARVALHO, 2018). Além disso, conforme notado por Mello e Rossi (2017), os gastos sociais continuaram crescendo sistematicamente por estarem vinculados ao salário mínimo, o que piorava o problema fiscal. Logo, o que causou a deterioração fiscal não foi o gasto público e sim o comportamento da receita, que foi afetada pelos impactos da agenda econômica.

Na tentativa de superar os limites do neodesenvolvimentismo, o governo Dilma tensionou a conciliação lulista, tendo que confrontar frações burguesas, em busca de um programa político-econômico que visasse a coalizão de classes. Nestes termos aparenta ser o mesmo programa posto em prática durante o governo Lula, mas, indo além da aparência, é visível que enquanto um teve o Estado como produtor direto, fazendo-se valer do investimento público, o outro teve o Estado como financiador do investimento privado, contribuindo para a deterioração fiscal e para a redução do ritmo econômico. A saída do governo foi buscar o diálogo através do ajuste fiscal que a unidade capitalista exigia (SINGER, 2015). Também os trabalhadores, que faziam parte da coalizão, reivindicaram suas pautas trabalhistas, dada a ofensiva das frações burguesas.

Finalmente, com o agravamento da situação econômica há o rompimento do pacto entre burguesia e trabalhadores. Que se desdobra na unidade capitalista, querendo recompor suas taxas de lucro, reduzir salários, encargos trabalhistas e impostos, impondo uma agenda política neoliberal de ajuste fiscal e corte dos gastos públicos. Não era mais possível dar continuidade ao aumento de lucros e salários conjuntamente. Estava desfeita a conciliação lulista e a luta de classes voltava à ordem do dia. O movimento sindical paulatinamente retoma suas atividades, alcançando picos históricos de greves em 2012 e 2013, depois de quase 10 anos de relativa passividade (BRAGA, 2016). O governo PT vai perdendo controle da sua base social e da base parlamentar. Todos estes fenômenos explodem nas manifestações de junho de 2013.

4. Junho de 2013 e Lata Jato: crise do neodesenvolvimentismo no governo Dilma (2013-2014)

A luta de classes se acirra e explode com as jornadas de junho – dando claros sinais de que o PT já não conseguia manter o apassivamento das massas, uma das premissas para sua sustentação no poder. Conforme Singer (2018), as jornadas de junho marcaram o encontro de uma oposição ao PT tanto da esquerda, que visava se conectar com as demandas da nova classe trabalhadora que emergia do processo neodesenvolvimentista, quanto da direita, insatisfeita com as políticas do PT, em um momento de diminuição do crescimento econômico. As manifestações traziam uma contestação à dominação burguesa, na medida em que são pautadas por reivindicações da classe trabalhadora. Especialmente a luta do Movimento Passe Livre (MPL), visando a redução da tarifa do transporte público, que se soma e impulsiona o ciclo de greves.

Desta maneira, junho de 2013, na forma de uma revolta popular urbana, expressa a manifestação política dos desorganizados, isto é, da camada mais precarizada da classe trabalhadora. Sem ter práticas organizativas consolidadas e atuando em segmentos dominados pela lógica neoliberal pós-fordista, estes trabalhadores e trabalhadoras, em geral, não tem vínculo partidário ou sindical. Daí que a forma da revolta popular urbana seja característica de sua insatisfação política. À medida que ocorrem depredações do patrimônio e atos de violência, a mídia começa a exigir ações duras por parte do Estado, que se materializam no recrudesimento da repressão por parte da polícia – e o governo federal legitima a escalada de repressão. Para Sampaio Jr. (2017), o PT entrou em pânico com as pessoas nas ruas e, ao coibir o povo, se afirmou como o partido da ordem.

Junto disto, o movimento sindical vinha numa ascensão grevista, que se junta à revolta popular para tentar unificar as lutas. O movimento de massas passa a ser disputado entre as lideranças autonomistas da revolta popular, os sindicatos e os partidos de esquerda. A dificuldade de alcançar unidade na luta deixou o movimento fragmentado e difuso, aberto às infiltrações oportunistas da direita. Setores da grande mídia burguesa mudam de posição e passam a incentivar o movimento, visto como uma crítica ao governo do PT. Entre reivindicar direitos da classe trabalhadora, que confrontam a dominação burguesa, e servir de apoio à burguesia, que busca abalar o lulismo, oscila um movimento de massas sem unidade na luta.

As pessoas começaram a ir para as ruas com pautas diversas, sem centralidade de objetivo nas manifestações e sem alcançar uma unidade de esquerda. As pautas da classe média conservadora ganham força, partindo da diminuição dos impostos até redução da maioria penal, se sobressaindo a bandeira contra a corrupção. Novas pautas de esquerda não foram suficientes para reverter a tendência à direita das manifestações, pelo contrário, militantes de esquerda começam a ser expulsos de atos por pessoas vestidas de verde e amarelo, configurando o surgimento do antilulismo.

O uso da internet como o meio de convocação para os protestos acabou gerando uma dispersão do motivo, o que também colaborou para as infiltrações de direita no movimento. Para Lincoln Secco (2013), tanto a internet como a televisão, os meios de comunicação de massa em geral, contribuíram para que as jornadas de junho tomassem um rumo direitista. Inclusive, para o autor, a mudança ideológica contribuiu para o fim gradual das manifestações devido à mudança de tom do movimento que começou apartidário e terminou antipartidário, antilulismo.

Depois das manifestações a presidenta Dilma sofreu uma queda em relação ao apoio popular à sua gestão, o que, segundo Iasi (2017), desencadeou uma indefinição no bloco dominante, pois por um lado, com as manifestações, eles conseguiam arrancar mais do governo, por outro tinham preocupação com a instabilidade que poderia inviabilizar os ajustes para destravar a taxa de lucro.

Como resposta o governo promete austeridade na economia⁸, como forma de agradar os mercados financeiros preocupados com a inflação.

Respondendo às demandas da direita, segundo Singer (2018, p. 125), “endureceu a legislação contra a corrupção, promulgando a lei nº 12850, que definiu organização criminosa, regulamentou a delação premiada e acabou por ser elemento importante no sucesso da Operação Lava Jato”. Já para a esquerda, além da repressão nas manifestações, houve o lançamento do Programa Mais Médicos e algumas medidas que buscavam uma melhoria na qualidade do serviço público priorizando a saúde, educação e transporte. Mas estas medidas ficaram apenas no papel devido aos cortes de gastos promovidos pelo governo.

Com todas suas contradições, junho de 2013 coloca em pauta o racha do bloco no poder, a decomposição da coalizão neodesenvolvimentista, a perda de hegemonia do PT e o nascer do antilulismo. A resposta do governo Dilma ao movimento de massas foi sintomática de um partido da ordem: ajuste fiscal e repressão violenta. O lulismo em crise ataca sua própria base social em defesa dos interesses da burguesia, o governo de conciliação de classes expõe suas prioridades.

Após as jornadas, o expansionismo fiscal continuou, mas esse estímulo continuou sendo através de subsídios e concessões, em detrimento do investimento público. Conforme demonstrado por Carvalho (2018), os investimentos públicos cresceram apenas 1% entre 2011 e 2014, enquanto que no período entre 2006 e 2010 a expansão foi de 27,6% anuais. Dessa forma, segundo Mello e Rossi (2017), o governo passou a internalizar as perdas do setor privado através desses estímulos fiscais, que foram ampliados entre 2013 e 2014.

Contudo, a política do primeiro governo Dilma continuou aumentando a renda real do trabalhador mais pobre à medida que garantiu a valorização do salário mínimo até 2015 e concedeu direitos trabalhistas, como o das empregadas domésticas em 2013, ano em que os extratos da classe média diminuían no país (BASTOS, 2017a). Além disso, os estímulos fiscais conseguiram manter temporariamente os empregos (PINTO *et al.*, 2019). Por fim, para Bastos (2017a), com o aumento do número de formandos de ensino superior, chegando a mais de um milhão de pessoas no final de 2012, aumentou a concorrência por empregos intensivos em mão de obra qualificada, visto o número menor de empregos deste tipo, isso foi um prejuízo para a classe média. Dessa forma, para o autor, o final de 2013 é marcado pela adesão de camadas empresárias e da classe média contra o ganho real da renda dos trabalhadores e contra as políticas distributivas que atendiam às camadas inferiores da pirâmide salarial.

⁸ Governo anuncia corte adicional de R\$ 10 bilhões no orçamento de 2013. Ver <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/07/governo-anuncia-corte-adicional-de-r-10-bilhoes-no-orcamento-de-2013.html>

A contração da economia brasileira em 2014 é fruto de diversos fatores e ocorre em todos os componentes da demanda agregada. Em primeiro lugar, a elevação dos juros desde o primeiro semestre de 2013 contribuiu para a desaceleração do consumo das famílias (BASTOS, 2017a). A taxa de investimentos a partir de 2014 começa um movimento de declínio que se estendeu até 2016 (SARTI; HIRATUKA, 2017). Junto disso, iniciou-se, conforme denominado por Biancarelli, Rosa e Vergnhanini (2017), a fase de “dupla tempestade”, onde a alta dos preços de commodities e da liquidez internacional se reverteram de maneira acentuada. Para os autores, isto se deve à desaceleração da economia chinesa, que influenciou as cotações das commodities e também a retração dos investimentos externos em 2014 e 2015. Ao mesmo tempo, as exportações de manufaturas são afetadas pelos efeitos da baixa nos preços das commodities nos países da América do Sul, acirrando a concorrência com as exportações da China (BASTOS, 2017a). Por fim, com a desaceleração da economia e alta do dólar, a inflação se acelerou em 2014. Dessa forma, para Eduardo Pinto *et al.* (2019):

A crise econômica brasileira criou as condições (recessão, desemprego, falências de empresas, desalento) para que as crises política e institucional prosperassem, sendo que estas, quando se ampliaram, passaram também a afetar negativamente a economia. Há, portanto, uma retroalimentação entre as crises em suas diversas dimensões, sem que necessariamente os fatos geradores das crises nos planos econômico, político e institucional tenham sido os mesmos. (PINTO *et al.*, 2019, p. 6).

Para continuar interpretando a conjuntura brasileira, é necessário abordar a Operação Lava Jato, que deflagrou suas primeiras medidas no início de 2014, ano eleitoral, e contribuiu para o aprofundamento da crise econômica e política. Segundo Singer (2018), a operação, que começou em 2013 com o objetivo de desarticular organizações que lavavam dinheiro, descobriu a ligação de um dos investigados com um ex-diretor da Petrobrás, Paulo Roberto Costa, que havia deixado cargo em 2012. Com sua prisão, Costa toma a decisão de deixar a cadeia por meio da delação premiada e conta sobre o esquema de corrupção na Petrobrás, dando o pontapé nas investigações que contribuiriam para o impeachment de Dilma, como veremos mais à frente. Para o autor, alguns fatores foram determinantes para alçarem a Lava Jato à protagonista da cena. O primeiro fator está relacionado ao endurecimento penal com os crimes políticos a partir de 2012. O segundo, foi a lei nº 12850 promulgada por Dilma após as manifestações de 2013, que regulamentou a delação premiada e ampliou a definição de organização criminosa, tornando-a mais aplicável a crimes políticos. Conforme apurado por Singer (2018), no quarto ano da operação mais de 150 acordos de delação premiada já tinham sido firmados. Ademais, outro fator foi o apoio da Polícia Federal, da Procuradoria Geral da República e do Supremo Tribunal Federal.

Para Bastos (2017a), levando em consideração que a Lava Jato se inicia em um contexto de avanço da direita no Brasil, a corrupção assume centralidade na pauta da classe média. Dessa forma, para o autor, ocorre uma identificação entre os membros da Operação e a classe média tradicional insatisfeita. Sendo assim, Boito Jr. (2016), afirma que a Lava Jato passa a ser vista como uma forma de partido da classe média. Importante para a consolidação desta relação foi o vínculo estabelecido entre a operação e a mídia, que contribuiu na criação de fatos que mobilizaram a classe média e radicalizaram o sentimento antilulismo (SINGER, 2018).

Com isto, tanto a mídia ampliou o seu poder de exercer força política, como a própria operação ganhou maior poder de operação na estrutura do Estado e com o povo, tendo como pauta política o combate à corrupção. Não obstante, essa ligação entre os membros da operação e a classe média tradicional talvez ajude a elucidar o direcionamento da operação para o PT. Não à toa, na véspera do primeiro turno, a Lava Jato vazou a delação de Paulo Roberto Costa, impulsionada pela mídia, dando início aos ataques diretos ao PT.

5. Segundo governo Dilma: reversão neoliberal e golpe de Estado (2015-2016)

Nessas condições ocorrem as eleições de 2014, o governo Dilma chega cambaleante, em um cenário de crise política e econômica. Ficava claro que o partido da ordem não podia mais contar apenas com o apoio do bloco no poder para se eleger e muito menos com a classe média, dado a perda do seu poder de compra e outros privilégios. Logo, o PT adota uma campanha neodesenvolvimentista voltada para sua base popular, em busca de sustentação eleitoral, vencendo por margem mínima.

Com a política de concessões e subsídios atuando para manter o nível de emprego, gerando aumento do poder de barganha do trabalhador e, em consequência, elevando os salários, ocorreu uma apropriação da renda pelos trabalhadores em um contexto de queda da taxa de lucro. Entretanto, a continuidade dessa política levou a uma deterioração fiscal, visto o baixo crescimento das receitas do governo. Para Pinto *et al.* (2019) e Carvalho (2018), foi devido a esta redução que o governo começou a incorrer cada vez mais na “contabilidade criativa”, com destaque para as “pedaladas fiscais”, atrasando repasses a bancos públicos e privados para pagar despesas do governo.

Com a deterioração fiscal cada vez maior, antes mesmo de assumir o novo mandato, Dilma nomeou Joaquim Levy, economista do Bradesco, para o Ministério da Fazenda. Ainda em novembro de 2014 o ministro anuncia um ajuste fiscal⁹. Segundo Bastos (2017a), ao colocar um bancário como ministro, a intenção era reatar com a burguesia bancária, que Dilma havia rompido em 2012, e tentar

⁹Joaquim Levy promete implementar ajuste 'firme e rápido' na economia. Ver <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/12/1563432-joaquim-levy-promete-implementar-ajuste-firme-e-rapido-na-economia.shtml>

desarmar a unidade capitalista. Assim, executa-se um drástico ajuste fiscal em 2015, agravando a crise econômica. Desta maneira, Dilma cometeu um estelionato eleitoral, botando em prática uma política rejeitada nas urnas, e cujas consequências recairiam sobre a classe trabalhadora. Observa-se uma tendência do PT cada vez maior de priorizar a governabilidade, em detrimento do apoio popular.

O ajuste fiscal foi acompanhado de medidas que visavam dificultar a obtenção de direitos por parte dos trabalhadores, como alteração de regras para o seguro-desemprego, abono salarial e auxílio-doença – iniciando a ofensiva contra os trabalhadores. Além disso, com a resistência do congresso em aprovar aumento de impostos, o governo mais uma vez incorreu na redução dos investimentos públicos, piorando a crise e aumentando o desemprego (CARVALHO, 2018). Também os impactos gerados pela Operação Lava Jato afetaram os setores de petróleo e gás e da construção civil, devido à paralisação da Petrobras e de empreiteiras envolvidas na investigação, contribuindo para aprofundar a crise (BASTOS, 2017a).

Há outro aspecto importante da Operação Lava Jato. Como apontado por Pinto *et al.* (2019) e Boito Jr. (2016), houve colaboração entre a operação e o Departamento de Justiça dos Estados Unidos, demonstrando convergência de interesses. Para os autores, por trás do véu do combate à corrupção se escondia a defesa dos interesses dos EUA. Desta forma, houve a desestruturação de empresas brasileiras e suas cadeias produtivas, abrindo caminho para empresas estrangeiras.

Os cortes de gastos também provocaram uma queda da renda dos trabalhadores, porém esta queda não aliviou o conflito distributivo, pois a mesma se deu numa velocidade menor do que a queda dos lucros (PINTO *et al.*, 2019). O mercado de trabalho foi afetado, com o desemprego se elevando de 6,2% no final de 2014 para 9% no final de 2015. Com a perda do poder de barganha, o salário real médio caiu 2,7% e as famílias tiveram que reduzir o consumo devido à necessidade de pagar dívidas (CARVALHO, 2018). Por fim, com o aumento dos preços administrados, energia elétrica e gás, que cresceram 18,1% no ano, a inflação acelerou e o Banco Central elevou a taxa básica de juros.

Em síntese, estas medidas empurraram o país para uma profunda recessão econômica. Consolida-se a unidade capitalista, ensaiada desde 2013, em torno das reformas neoliberais, que passam a ser vistas como inevitáveis pela burguesia, visando a redução da remuneração dos trabalhadores e a diminuição do Estado (PINTO *et al.*, 2019). Além disso, o apoio do governo Dilma à continuidade da operação Lava Jato, para Bastos (2017a), contribuiu para o afastamento dos empresários. Com o bloco no poder e frações burguesas fechadas com a ideia de que as reformas neoliberais eram a única alternativa, a opção política começou a se desenhar com o lançamento do documento *Uma Ponte para o Futuro*, anunciado pelo vice-presidente Michel Temer. A partir disso, para Bastos (2017a) e Pinto *et al.* (2019), o apoio do empresariado se torna cada vez mais crescente para uma alternativa à Presidenta Dilma.

Diante das dificuldades na execução do ajuste fiscal e da proposta de volta da CPMF, a permanência de Joaquim Levy no Ministério da Fazenda fica insustentável. Sua saída representou a perda do apoio da burguesia bancária. Assim, entrou Nelson Barbosa em dezembro de 2015. Como apresentado por Carvalho (2018), o governo tinha desenhado um pacote fiscal que pretendia reequilibrar as contas através da redução das desonerações e da contenção de gastos, mas este não foi bem recebido pelo congresso e nem pela base do governo, que já se mobilizava contra o corte de gastos, desejando outra forma de buscar o equilíbrio das contas públicas.

Enfim, para Singer (2018), todos os movimentos de Dilma a partir do momento que ganhou as eleições de 2014 resultaram em seu maior isolamento. Além disso, havia o crescente número de pedidos de impeachment devido ao aumento das “pedaladas fiscais”, visto o crescente adiamento de pagamentos aos bancos públicos para que fosse possível pagar os benefícios sociais, e, sobretudo, devido a assinatura de decretos de aberturas de créditos suplementares, que seriam supostamente ilegais por não terem a aprovação do congresso (CARVALHO, 2018; SINGER, 2018).

Os decretos de abertura de crédito não visavam aumentar as despesas dos órgãos governamentais, tanto que foram contrabalanceados pelo cancelamento de outras despesas do orçamento público. Dos 95 bilhões de reais cedidos pelos decretos, apenas 1,8 bilhão não foi compensado, desta maneira, a denúncia que pedia o afastamento de Dilma se aplicava apenas ao valor restante (CARVALHO, 2018). Segundo Singer (2018), 70% dos recursos cedidos pelos decretos eram destinados para o Ministério da Educação, para itens como universidades federais, programa ciência sem fronteiras e hospitais universitários. Por fim, em concordância com Carvalho (2018, p. 107-108), “a criminalização dos decretos (...) reforçou uma tendência mais geral de criminalização da política fiscal, blindando-a cada vez mais contra o próprio processo democrático que, ele sim, deveria decidir as prioridades orçamentárias”.

Ainda se abriu uma chance para um pacto entre a base parlamentar e o governo Dilma: se os deputados do PT freassem o pedido de cassação de Cunha, ele não pautaria o pedido de impeachment de Dilma (SINGER, 2018). No entanto, os deputados petistas apoiaram a continuidade do processo de cassação de Cunha e, conseqüentemente, ele aceitou um dos pedidos de impeachment contra a presidenta em dezembro de 2015. Com a abertura do processo de afastamento, a piora da economia, que ocorria justamente pelas medidas austeras praticadas e desejadas pelo bloco no poder, foi atribuída à irresponsabilidade fiscal da Presidenta.

Em relação aos impactos da Operação Lava Jato para a crise política, Bastos (2017a, p. 35) afirma que “a questão da corrupção foi manipulada para ajudar a derrubar um governo que contribuía para as investigações e colocar no poder um grupo político corrupto e interessado em barrar as investigações”. Para Singer (2018), do primeiro vazamento da operação, pouco antes das eleições de

2014, até a divulgação dos grampos ilegais em conversas de Dilma e Lula, em março de 2016, seguiu-se o mesmo modo de operação. A partir das ações da Lava Jato, como prisões, condenações e a rapidez de delações e vazamentos que prejudicavam o PT, apoiados pela forte divulgação da mídia, ocorreu uma culpabilização do lulismo, seguidos de ataques ao “esquema lulopetista” e manifestações com grande quantidade de pessoas envoltas pelo sentimento antilulismo.

Em contrapartida, segundo levantado por Singer (2018) e Bastos (2017a), nada igual ocorreu em relação ao PSDB, que estava envolvido na fraude na licitação do Metrô em São Paulo e com a denúncia de subornos a políticos do partido um dia após o início da Lava Jato, e ao PMDB, ações equivalentes às ocorridas ao PT só aconteceram após a queda da Presidenta, assim como o vazamento de compra de votos dos parlamentares que comandavam o processo de impeachment. Dito isto, é inegável a seletividade da Operação Lava Jato e seu uso político para criminalizar o PT e influenciar o processo de impeachment, enfraquecendo a popularidade de Dilma.

É relevante notar que apesar do grande apoio vindo da classe média, do bloco no poder, da mídia, dos políticos e de membros da Lava Jato pelo impedimento da Presidenta, os motivos entre essas forças sociais não eram os mesmos. Para Pinto *et al.* (2019), cada uma das forças sociais tinha o seu próprio motivo. O bloco no poder, além das reformas neoliberais, esperava a desaceleração da Operação Lava Jato através de Temer. A mídia, além de também defender as reformas, apostava no vazamento seletivo de informações da Lava Jato para aumentar seu poder político. Os políticos da direita visavam a eliminação do PT e também a interrupção da Lava Jato. A classe média buscava recuperar seu poder de compra, visto a inflação e a elevação de extratos de baixa renda.

Já com o golpe parlamentar em vias de se consolidar, em 2016, a Presidenta Dilma acenou para o bloco no poder, ao levantar a necessidade de uma reforma da previdência¹⁰, assim como para sua base popular, através de um “pacote de bondades”¹¹ com um aumento médio de 9% nos benefícios do Bolsa Família, além de outras medidas (CARVALHO, 2018). Todavia, não eram mais tempos de conciliação. Sendo contestado nas ruas, sem expressivo apoio de sua base social histórica – a qual o governo reprimiu violentamente em suas manifestações e greves – e agora sem base parlamentar, o governo Dilma ruiu. O golpe de 2016, por intermédio de uma frágil denúncia, foi desferido pelo novo bloco no poder que se formava em meio à crise do lulismo. Assim, o governo de conciliação de classes do Partido dos Trabalhadores se desestruturou, diante dos limites impostos pelo modelo neodesenvolvimentista e pela crise de acumulação.

¹⁰ Dilma diz que país terá que 'encarar' uma reforma da Previdência Social. Ver <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/01/dilma-diz-que-governo-vai-em-busca-de-reequilibrio-fiscal-e-crescimento.html>

¹¹ Dilma oficializa pacote de bondades no 1º de Maio. Ver <https://valor.globo.com/politica/noticia/2016/05/01/dilma-oficializa-pacote-de-bondades-no-1o-de-maio.ghtml>

Considerações Finais

O artigo buscou analisar o modelo neodesenvolvimentista conformado durante os governos do PT (2003-2016). Nos anos 1990, os países periféricos são sugados pelo processo de globalização, desencadeando a entrada do neoliberalismo no Brasil. Ao mesmo tempo, o Partido dos Trabalhadores se adequava à ordem neoliberal, de modo que, chegando ao governo, já se encontrava alinhado com o bloco no poder. O neodesenvolvimentismo surge, assim, de dentro do neoliberalismo.

Acompanhamos a tentativa de conciliação dos interesses antagônicos das classes desde o primeiro governo Lula, onde se buscou a estabilização macroeconômica junto com o fortalecimento da Estratégia Democrática e Popular. Esta dualidade é ampliada no segundo governo Lula, onde é posto em prática o neodesenvolvimentismo, viabilizado pela alta do comércio mundial e o boom das commodities. O modelo não chega a mudar a estrutura neoliberal vigente, em verdade, faz modernizações dessa estrutura, mediada pelas políticas sociais. Tendo como condutor o investimento público, o neodesenvolvimentismo propiciou ganhos para burguesia e trabalhadores, cujo maior exemplo foi a ampliação do mercado interno brasileiro, com a entrada de novos consumidores.

A modernização de componentes da demanda foi tão grande que levou o modelo neodesenvolvimentista ao limite. Logo, o primeiro governo Dilma teve como estratégia a recuperação da indústria para também modernizar a estrutura de oferta, de modo a atender a demanda e dar continuidade ao modelo. Entretanto, erros de condução, como a retração dos investimentos públicos – motor do auge neodesenvolvimentista –, e a condição desfavorável no cenário internacional, inviabilizaram a sobrevivência do neodesenvolvimentismo.

O governo Dilma naufraga em uma convergência de crise política, institucional e econômica, rumando gradativamente para o fim do neodesenvolvimentismo. As manifestações de junho de 2013 são um ponto de virada, com o racha do bloco no poder e o fim da conciliação de classes, explicitando os interesses antagônicos de burguesia e trabalhadores. A partir de então, a hegemonia lulista perde força frente à campanha antipetista conduzida pela direita. A fragilidade política e econômica abre caminho para a grande ofensiva burguesa contra o governo, através da Operação Lava Jato.

O golpe de 2016 marca o fim da hegemonia do lulismo e o início de uma avalanche de práticas neoliberais, de posturas reacionárias e de cunho fascista. O domínio autoritário da burguesia volta no Governo Temer, obstinado a aumentar a taxa de lucro, a partir do neoliberalismo consolidado por baixo da conciliação de classes. A tentativa de destravar a acumulação de capital não ocorre de forma plena no governo Temer, com algumas reformas neoliberais sendo barradas pela luta dos trabalhadores e trabalhadoras. Posteriormente, a escalada do autoritarismo burguês se desdobra na

eleição de Jair Bolsonaro, a serviço das frações burguesas que compõem o novo bloco no poder e que almejam o desmonte total do Estado e a exploração do povo brasileiro em busca de novos caminhos para a valorização do capital.

Bibliografia

- BASTOS, P. P. Z. Ascensão e Crise do Governo Dilma Rousseff e o Golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. *Revista de Economia Contemporânea*, v.21, p. 1-63, 2017a.
- BASTOS, P. P. Z. Que horas ela volta? Economia política e política econômica de Lula e Dilma. In: MEDEIROS, J.; MARINGONI, G. (orgs.). *Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo*. São Paulo: Boitempo, p. 77-89, 2017b.
- BARBOSA FILHO, N. H. Dez anos de política econômica. In: Emir Sader. (Org.). *Dez anos de governos pós-liberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo, p. 69-102, 2013.
- BIANCARELLI, A M. A Era Lula e sua questão econômica principal: crescimento, mercado interno e distribuição de renda. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 58, p. 263-288, 2014.
- BIANCARELLI, A.; ROSA, R. e VERGNHANINI, R. *O setor externo no governo Dilma e seu papel na crise*. Campinas: IE-Unicamp, Texto para Discussão n. 296, 2017.
- BRAGA, R. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: SINGER, A.; LOUREIRO, I. (Orgs.). *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo, p. 55-92, 2016.
- BOITO JR., A. Lava Jato, classe média e burocracia de Estado. *Princípios* (São Paulo), v. 1, p. 29-34, 2016.
- BOITO JR., A. O legado dos governos do PT. In: MEDEIROS, J.; MARINGONI, G. (orgs.). *Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo*. São Paulo: Boitempo, p. 27-34, 2017.
- BOITO JR., A. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas: Editora Unesp, 2018.
- CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- CARVALHO, L. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.
- CASTRO, J. A. Política social e desenvolvimento no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. especial, p. 1011-1042, 2012.
- CINTRA, M. A. M. O financiamento das contas externas brasileiras: 1995-2014. In: SQUEFF, G. (org.) *Dinâmica macrossetorial brasileira*. Brasília: IPEA, p. 131-177, 2015.
- COUTINHO, C. N. (org.). *O leitor de Gramsci*. Escritos escolhidos: 1916 – 1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2011.
- FILGUEIRAS, L. O Neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, E.; ARCEO, E. (eds.). *Neoliberalismo y Sectores Dominantes*. Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: Clacso Libros, p. 179-206, 2006
- IASI, M. L. *Política, Estado e Ideologia na trama conjuntural*. São Paulo: Instituto Caio Prado Junior, 2017.

- LOPREATO, F. L. C. Aspectos da atuação estatal de FHC a Dilma in: CALIXTRE, A. B.; BIANCARELLI, A. M. & CINTRA, M.A. M. (ed.) *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: IPEA, p. 227-260, 2014.
- MATTOS, M. B. *Dez anos de governo petista e a consolidação da dominação burguesa no Brasil*. 2013. Disponível em: <http://marxismo21.org/10-anos-de-governos-do-pt-natureza-de-classes-e-neoliberalismo>. Acesso em: 01 mar. 2020.
- MELLO, G. S. e ROSSI, P. *Do industrialismo à austeridade: a política macro dos governos Dilma*. Campinas: IE-Unicamp, Texto para Discussão n. 309, 2017.
- OLIVEIRA, F. *Brasil: uma biografia não autorizada*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- PAULANI, L. M. Desenvolvimentismo, planejamento e investimento público nos cinco mil dias do lulismo. In: MEDEIROS, J.; MARINGONI, G. (orgs.). *Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo*. São Paulo: Boitempo, p. 91-99, 2017.
- PINTO, E. C. et al. *A Guerra de Todos contra Todos e a Lava Jato: a crise Brasileira e a vitória do Capitão Jair Bolsonaro*. Rio de Janeiro: IE-UFRJ, Texto para Discussão, n. 013, 2019.
- PORTO, C. Estado e neoliberalismo no Brasil contemporâneo: implicações para as políticas sociais. *IV Jornada Internacional de Políticas Públicas*. São Luís, 2009.
- PRATES, D. M. A inserção externa da economia brasileira no governo Lula. In: CARNEIRO, R. (org.). *A supremacia dos mercados e a política econômica do Governo Lula*. São Paulo: Editora Unesp, p. 121-154, 2006.
- SAMPAIO JR., P. A. *Crônica de uma crise anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma*. São Paulo: SG-Amarante, 2017.
- SARTI, F. e HIRATUKA, C. *Desempenho recente da indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais domésticas e globais*. Campinas: IE-Unicamp, Texto para Discussão n. 290, 2017.
- SECCO, L. As Jornadas de Junho. In: HARVEY, D; MARICATO, E; et al. *Cidades rebeldes*. São Paulo: Boitempo, p. 95-100, 2013.
- SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n.85, p. 83-102, 2009.
- SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n.102, p. 39-67, 2015.
- SINGER, A. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SOUZA, N. A. *Economia Internacional contemporânea: da depressão de 1929 ao colapso financeiro de 2008*. São Paulo: Editora Atlas, 2009.
- THEODOSIO, B. M. *Determinantes da acumulação de capital no Brasil entre 2000 e 2016: lucratividade, distribuição, tecnologia e financeirização*. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia da Indústria e Tecnologia, 2019.